


## **A BNCC E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: COMO TORNAR A ESCOLA UM ESPAÇO PARA TODOS?**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-093>

**Data de submissão:** 09/03/2025

**Data de publicação:** 09/04/2025

**Karen Santos D' Oliveira**

Pós-Doutora em Ciências da Educação  
Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA)

**Cilene Ferreira dos Santos Silva**

Doutoranda em Ciências da Educação  
Universidad del Sol (UNADES)

**Tatiane de Souza Gil**

Doutoranda em Educação  
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

**Sirleia Bacelar Araújo da Silva**

Doutoranda em Ciências da Educação  
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

**Kelly Taveira dos Santos**

Doutoranda em Ciências da Educação  
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

**Geovana Barbosa Oggione**

Mestranda em Ciências da Educação  
Universidad Columbia del Paraguay

**Clétia Akila da Silva**

Mestranda em Ciências da Educação  
Universidad del Sol (UNADES)

**Antonia Ozenira da Silva**

Mestranda em Educação Inclusiva  
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

**Alline Paula Santos de Oliveira**

Mestranda em Ciências da Educação  
Universidad del Sol (UNADES)

**Clivia Patrícia Dias Quaresma**

Mestranda em Ciências da Educação  
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

**Joel Lopes Lacerda**

Mestrando em Ciências da Educação  
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

**Cícera Oliveira Silva do Nascimento**

Mestre em Ciências da Educação  
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

---

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a educação inclusiva, analisando como suas diretrizes contribuem para a construção de uma escola acessível a todos. Inicialmente, apresenta-se o conceito de educação inclusiva e sua relevância para a equidade educacional. Em seguida, explora-se o arcabouço legal e os documentos internacionais que fundamentam a inclusão, destacando os princípios estabelecidos pela BNCC para garantir o direito à aprendizagem dos estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais. A pesquisa também aborda os desafios na implementação da educação inclusiva, enfatizando questões como infraestrutura inadequada, barreiras atitudinais e formação docente deficiente. Além disso, discute-se a importância das tecnologias assistivas e das adaptações curriculares como estratégias fundamentais para assegurar a participação plena dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. No âmbito da gestão educacional, evidencia-se a necessidade de políticas públicas eficazes que garantam financiamento, suporte técnico e capacitação contínua para os profissionais da educação. Por fim, o artigo destaca a importância das práticas pedagógicas inclusivas, apresentando metodologias que favorecem a personalização do ensino e promovem a participação equitativa dos alunos. A conclusão reforça que a educação inclusiva é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, na qual todos tenham acesso a uma formação de qualidade. Dessa forma, ressalta-se que a efetivação das diretrizes da BNCC depende do comprometimento conjunto de gestores, docentes e formuladores de políticas públicas.

**Palavras-chave:** BNCC. Educação inclusiva. Políticas públicas. Acessibilidade. Formação docente.

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional tem sido um dos pilares das políticas públicas voltadas à democratização do ensino no Brasil, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. No contexto atual, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surge como um instrumento normativo que busca assegurar uma formação equitativa e de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou culturais. No entanto, a efetiva implementação da educação inclusiva no âmbito da BNCC ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e de gestão educacional.

A educação inclusiva parte do princípio de que a diversidade deve ser reconhecida e valorizada, garantindo a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e necessidades educacionais específicas, o direito de aprender em um ambiente acessível e acolhedor. A BNCC estabelece diretrizes para o ensino comum em todo o território nacional e reforça a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a inclusão, alinhadas a marcos regulatórios nacionais e internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

Dessa forma, a escola inclusiva deve ser compreendida não apenas como um espaço físico acessível, mas como um ambiente de aprendizagem que respeita e atende às singularidades de cada estudante. A BNCC, ao definir competências e habilidades essenciais a serem desenvolvidas em cada etapa da educação básica, pressupõe a necessidade de adaptação curricular e metodológica para contemplar diferentes perfis de aprendizagem. No entanto, a transformação dessas diretrizes em práticas concretas exige esforços coordenados entre gestores, docentes, familiares e toda a comunidade escolar, uma vez que a inclusão efetiva não se dá apenas pela presença do aluno na escola, mas pela garantia de sua participação ativa e significativa no processo de ensino-aprendizagem.

Apesar dos avanços normativos e conceituais sobre educação inclusiva no Brasil, persistem desafios que dificultam a implementação de uma política educacional verdadeiramente acessível. Entre eles, destacam-se a necessidade de maior investimento na formação continuada de professores, a oferta de recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados, a adequação da infraestrutura física das escolas e a superação de barreiras atitudinais que ainda permeiam o sistema educacional. A ausência de um suporte mais efetivo aos educadores e a falta de políticas públicas que assegurem a plena implementação da BNCC em contextos de diversidade limitam as possibilidades de uma educação para todos.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar, a partir de uma revisão de literatura, como a BNCC contribui para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Para

isso, serão discutidos os fundamentos e diretrizes da BNCC em relação à educação especial e inclusiva, os desafios enfrentados pelos educadores e gestores na sua implementação e as práticas pedagógicas que podem efetivamente transformar as escolas em espaços acessíveis a todos.

Metodologicamente, a pesquisa se baseia em um levantamento bibliográfico, analisando documentos oficiais, artigos científicos e estudos recentes que discutem a interseção entre a BNCC e a educação inclusiva. Dessa forma, busca-se não apenas compreender o cenário atual, mas também identificar possibilidades e recomendações que possam subsidiar políticas públicas e práticas pedagógicas mais eficazes.

## **2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA BNCC: FUNDAMENTOS E DIRETRIZES**

A educação inclusiva tem sido amplamente discutida como uma abordagem essencial para garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos os estudantes, especialmente daqueles que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como documento normativo, visa promover um ensino equitativo e de qualidade, assegurando que a diversidade dos alunos seja respeitada e contemplada nas práticas pedagógicas. No entanto, a aplicação efetiva desses princípios no cotidiano escolar depende de uma série de fatores, incluindo políticas públicas consistentes, formação docente adequada e a superação de barreiras estruturais e atitudinais.

Este capítulo tem como objetivo discutir os fundamentos e diretrizes da educação inclusiva na BNCC, explorando sua conceituação e importância para a construção de um sistema educacional mais justo. Para isso, será analisada a trajetória da inclusão escolar no Brasil, bem como os desafios e perspectivas que ainda se colocam diante da implementação de uma proposta curricular que respeite as diferenças e assegure oportunidades iguais a todos os alunos.

### **2.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA IMPORTÂNCIA**

Há pouco tempo, a educação era vista como um processo realizado dentro de quatro paredes, quatro linhas: o ambiente escolar. No entanto, aspectos ligados à autonomia e independência do estudante frente à superioridade acadêmica por parte apenas do docente vêm evidenciando que a educação vai além das fronteiras da escola. Até porque a educação acontece todos os dias, em qualquer lugar (Costa Júnior et al., 2022).

Neste sentido, e indo além, chegamos à educação inclusiva, que pode ser definida como um modelo educacional que busca garantir a participação de todos os estudantes no ensino regular, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou sociais. De acordo com

Mantoan (2015), a inclusão escolar não se restringe à inserção de alunos com deficiência em escolas comuns, mas implica na transformação da cultura, das práticas pedagógicas e das políticas educacionais para atender às necessidades de cada estudante. Isso porque a inclusão é mais do que simplesmente permitir que todos participem; é um compromisso com a equidade, a diversidade e o respeito pela dignidade humana (Costa Júnior et al., 2024).

O movimento em prol da educação inclusiva tem suas raízes na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que estabeleceu princípios fundamentais para a inclusão escolar e incentivou os países a adotarem sistemas educacionais mais acessíveis. No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) reforçou esse compromisso, determinando que a escolarização de alunos público-alvo da educação especial ocorra, preferencialmente, em classes comuns do ensino regular, com suporte especializado sempre que necessário.

O artigo 5º da Lei nº 9394/96 destaca que as escolas são responsáveis por abrigar e acolher as crianças em escolas regulares para sua inserção na sociedade, uma vez que o acesso à educação básica obrigatória é um direito público (Farias et al., 2023).

Assim, a BNCC, ao definir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, incorpora princípios da inclusão ao longo de sua estrutura, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que garantam equidade e acesso ao currículo para todos. A implementação da BNCC na perspectiva inclusiva exige adaptações metodológicas, avaliações diferenciadas e o uso de tecnologias assistivas, permitindo que cada aluno avance no seu próprio ritmo.

Além de ser um direito fundamental, a educação inclusiva traz benefícios para toda a comunidade escolar. Pesquisas demonstram que ambientes inclusivos promovem o respeito à diversidade, fortalecem a empatia entre os alunos e contribuem para o desenvolvimento de competências socioemocionais essenciais para a convivência em sociedade. Dessa forma, a inclusão não beneficia apenas os estudantes com deficiência, mas enriquece o processo de ensino e aprendizagem como um todo.

## 2.2 LEGISLAÇÕES E DOCUMENTOS INTERNACIONAIS NO CAMPO DA INCLUSÃO

A construção de políticas educacionais inclusivas no Brasil e no mundo é resultado de um longo processo de mobilização social e política, sustentado por legislações e documentos internacionais que estabelecem princípios e diretrizes para a promoção da equidade no ensino. Esses marcos normativos reforçam o direito de todas as pessoas à educação, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou sociais.

A seguir, serão apresentados alguns dos principais documentos e legislações que fundamentam a educação inclusiva, tanto no contexto global quanto no nacional.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, foi um dos primeiros documentos a afirmar a educação como um direito fundamental. No artigo 26, a Declaração estabelece que toda pessoa tem direito à educação, ressaltando que o ensino básico deve ser gratuito e acessível a todos (ONU, 1948). Embora não trate especificamente da inclusão de pessoas com deficiência, esse documento influenciou a formulação de políticas educacionais em diversos países.

A Declaração de Salamanca (1994), resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais promovida pela UNESCO, representa um marco na defesa da inclusão escolar. O documento estabelece que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições individuais, promovendo adaptações curriculares e metodológicas para atender às suas necessidades (UNESCO, 1994). A Declaração reforça que a inclusão escolar não deve ser vista como uma alternativa, mas como um princípio básico da educação para todos, incentivando os governos a implementarem políticas que garantam o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no ensino regular. Segundo Mantoan (2015), esse documento impulsionou mudanças significativas na forma como os países passaram a estruturar seus sistemas educacionais, buscando garantir que as escolas fossem espaços verdadeiramente acessíveis.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, reforça a necessidade de garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. O artigo 24 da Convenção determina que os Estados-partes devem assegurar que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do ensino regular e tenham acesso a apoios e adaptações necessárias para sua aprendizagem (ONU, 2006). No Brasil, essa Convenção foi incorporada ao ordenamento jurídico com status de emenda constitucional por meio do Decreto nº 6.949/2009, consolidando a obrigatoriedade da inclusão escolar. A Convenção reforça a responsabilidade dos governos na implementação de políticas públicas que assegurem não apenas o acesso à educação, mas também a qualidade da aprendizagem dos alunos com deficiência.

No Brasil, diversas legislações e políticas educacionais foram desenvolvidas com base nos princípios internacionais de inclusão. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, assegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). Essa garantia foi reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, que estabelece diretrizes para a oferta da educação especial e inclusiva no país.

Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) consolidou a inclusão como um princípio central da educação brasileira, determinando que todas as escolas devem estar preparadas para receber alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes suporte especializado e adaptações curriculares (Brasil, 2008).

Por fim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, reforça a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade dos estudantes, promovendo um ensino inclusivo e equitativo. A BNCC representa um avanço ao estabelecer competências e habilidades que consideram a heterogeneidade dos alunos, exigindo das escolas maior compromisso com a acessibilidade e a inclusão.

### 2.3 COMO A BNCC INCORPORA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURRÍCULO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e em 2018 para o Ensino Médio, estabelece diretrizes para a organização curricular das escolas brasileiras. Um de seus principais princípios é a equidade, que visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade. No que se refere à educação inclusiva, a BNCC determina que o ensino deve ser estruturado considerando a diversidade dos alunos e promovendo práticas pedagógicas acessíveis (Brasil, 2017).

A BNCC busca alinhar-se aos preceitos da educação inclusiva ao reconhecer as diferenças e propor estratégias que atendam às necessidades específicas dos estudantes. No entanto, a efetiva implementação dessas diretrizes depende da formação dos professores, da adaptação dos materiais didáticos e da estruturação das escolas para oferecer um ambiente acessível.

A BNCC enfatiza a inclusão como um dos princípios fundamentais da educação brasileira. No documento, a palavra "inclusão" aparece diversas vezes, associada à necessidade de garantir igualdade de oportunidades e acessibilidade para todos os estudantes (Brasil, 2017). Além disso, reforça que o desenvolvimento das competências gerais deve considerar a diversidade e as especificidades dos alunos, garantindo o aprendizado de forma equitativa.

A BNCC representa um avanço ao incorporar a educação inclusiva como um eixo estruturante do currículo, mas sua implementação ainda encontra desafios, como a adequação dos espaços escolares, a formação docente e a elaboração de materiais didáticos acessíveis. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que as escolas contem com estratégias pedagógicas diferenciadas e apoio especializado.



A BNCC propõe ainda que a organização curricular deve ser flexível e capaz de contemplar as necessidades dos alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

### **3 DESAFIOS E BARREIRAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A implementação da educação inclusiva no Brasil enfrenta uma série de desafios estruturais, pedagógicos e socioculturais que dificultam a efetivação dos princípios estabelecidos pela BNCC. Embora o arcabouço legal e as diretrizes educacionais reforcem o direito de todos os estudantes à educação de qualidade, na prática, ainda há obstáculos significativos que limitam a inclusão plena nas escolas. Esses desafios envolvem desde a infraestrutura física das instituições até a formação de professores, passando pelo acesso a materiais adaptados e pelo desenvolvimento de políticas públicas eficazes.

A necessidade de transformar as escolas em espaços verdadeiramente acessíveis e acolhedores para todos os alunos exige uma mudança cultural e pedagógica que vá além do cumprimento de exigências formais. A inclusão não se resume à matrícula de estudantes com deficiência, mas envolve a garantia de condições para seu pleno desenvolvimento e participação. Assim, é fundamental analisar as barreiras ainda existentes na implementação da educação inclusiva e buscar soluções que permitam sua superação.

#### **3.1 INFRAESTRUTURA ESCOLAR E ACESSIBILIDADE**

A acessibilidade no ambiente escolar é um dos pilares da educação inclusiva e um dos maiores desafios enfrentados pelas instituições de ensino. A falta de adaptações na infraestrutura física, como rampas de acesso, elevadores, banheiros adaptados e sinalização adequada, compromete a mobilidade e a autonomia dos estudantes com deficiência, dificultando sua permanência na escola. Afinal, é de conhecimento de todos que muitos estabelecimentos de ensino no Brasil ainda não contam com as adaptações mínimas exigidas pelas normas de acessibilidade, o que exclui parte dos alunos do convívio escolar.

Além da acessibilidade arquitetônica, a inclusão depende da oferta de recursos pedagógicos acessíveis. A presença de tecnologias assistivas, como softwares de leitura para estudantes com deficiência visual, intérpretes de Libras para surdos e materiais em braile, é essencial para garantir a participação ativa desses alunos no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades na implementação desses recursos devido à falta de investimentos e à ausência de políticas públicas eficazes para sua distribuição (Brasil, 2017).



Outro aspecto relevante é a adequação dos espaços escolares para atender às necessidades de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições neurodiversas. Ambientes muito ruidosos, iluminação inadequada e a ausência de salas sensoriais podem comprometer a adaptação e o desenvolvimento desses alunos, tornando o espaço escolar um local de estresse em vez de aprendizado.

A superação dessas barreiras exige um compromisso conjunto entre o governo, as escolas e a sociedade. A acessibilidade não deve ser vista como um gasto adicional, mas como um investimento na construção de uma educação mais equitativa e democrática. O cumprimento das normas de acessibilidade estabelecidas pelo Decreto nº 5.296/2004 e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) é fundamental para garantir que a escola seja, de fato, um espaço para todos.

### 3.2 FORMAÇÃO DOCENTE E A ADAPTAÇÃO CURRICULAR

A implementação efetiva da educação inclusiva depende diretamente da formação docente e da capacidade dos professores de adaptar o currículo para atender às necessidades de todos os estudantes. A BNCC estabelece diretrizes para uma educação equitativa e de qualidade, mas sua aplicação no contexto da inclusão requer profissionais preparados para lidar com a diversidade em sala de aula (Mantoan, 2015). No entanto, pesquisas indicam que muitos educadores ainda não se sentem capacitados para trabalhar com estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais, evidenciando lacunas na formação inicial e continuada.

A formação docente para a inclusão deve contemplar tanto aspectos teóricos quanto práticos, abordando desde os fundamentos da educação especial até o uso de metodologias ativas e tecnologias assistivas. Além disso, é essencial que os professores desenvolvam competências socioemocionais, como empatia, paciência e flexibilidade, para garantir que a adaptação curricular ocorra de maneira eficaz e humanizada.

A formação inicial dos professores, em muitos cursos de licenciatura, ainda trata a educação inclusiva de forma superficial, relegando-a a disciplinas isoladas ou optativas. Essa abordagem fragmentada não prepara adequadamente os futuros docentes para enfrentar os desafios da inclusão na prática. A ausência de um currículo mais robusto e integrado sobre educação inclusiva contribui para a insegurança dos professores ao lidar com alunos com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem.

A formação continuada se apresenta como uma alternativa para suprir essas lacunas, mas sua efetividade depende de fatores como oferta regular de cursos, participação ativa dos professores e apoio institucional (Brasil, 2015). No entanto, muitas redes de ensino ainda carecem de programas

estruturados de capacitação, e os docentes precisam buscar, por conta própria, especializações e atualizações na área.

Além disso, a sobrecarga de trabalho e a falta de tempo dificultam o engajamento dos professores em atividades formativas. A solução passa pela institucionalização de programas de formação contínua dentro das escolas, com suporte técnico e acompanhamento pedagógico.

Quanto à adaptação curricular este é um dos principais instrumentos para garantir a inclusão efetiva na sala de aula. A BNCC propõe um currículo flexível, que permite ajustes metodológicos, adequações de conteúdo e diversificação de estratégias avaliativas para atender às diferentes necessidades dos estudantes (Brasil, 2017). Entretanto, a aplicação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios práticos, como a falta de recursos, a resistência de algumas instituições e a carência de materiais pedagógicos acessíveis.

Para Oliveira (2022, p. 5) A BNCC é uma política curricular que se apresenta como uma das estratégias que pretende contribuir para a melhoria da educação brasileira. Desta forma a BNCC é uma política curricular brasileira que visa estabelecer um conjunto de habilidades, competências e conhecimentos essenciais para todos os estudantes do país, desde a educação infantil até o ensino médio.

### 3.3 BARREIRAS ATITUDINAIS E PRECONCEITOS NO AMBIENTE ESCOLAR

A inclusão educacional não depende apenas de infraestrutura e adaptações curriculares; ela exige uma mudança de mentalidade entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. As barreiras atitudinais, caracterizadas por preconceitos, estereótipos e a falta de conhecimento sobre a diversidade, são um dos principais desafios para a efetivação da educação inclusiva (Mantoan, 2015). Essas barreiras manifestam-se de diferentes formas, desde a resistência dos professores em modificar suas práticas pedagógicas até a exclusão social de estudantes com deficiência por parte dos colegas (Sasaki, 2003).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe a valorização da diversidade e a construção de um ambiente educacional mais equitativo, mas sua implementação esbarra em crenças enraizadas na sociedade e na própria cultura escolar (Brasil, 2017). Segundo Carvalho (2019), muitos profissionais da educação ainda acreditam que a inclusão prejudica o rendimento da turma ou que estudantes com deficiência deveriam frequentar apenas escolas especializadas. Essa visão excludente contradiz os princípios da educação inclusiva e reforça desigualdades já existentes.

As barreiras atitudinais podem gerar impactos significativos no processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência. A falta de acolhimento, a discriminação velada e a ausência de estratégias

pedagógicas adaptadas podem levar ao desinteresse, à evasão escolar e ao comprometimento do desenvolvimento acadêmico e social desses alunos.

Para Sassaki (2003), a superação dessas barreiras depende de um trabalho contínuo de conscientização e formação, não apenas para professores e gestores, mas também para os estudantes e suas famílias. Iniciativas como palestras, debates e projetos pedagógicos voltados para a valorização da diversidade são essenciais para desconstruir preconceitos e promover uma cultura escolar mais inclusiva (Carvalho, 2019).

O preconceito contra estudantes com deficiência pode assumir diferentes formas dentro da escola, desde o bullying até a segregação em atividades escolares. Muitas vezes, esses alunos são excluídos das interações sociais e não participam plenamente das dinâmicas de grupo, o que compromete sua autoestima e bem-estar emocional.

Além disso, a falta de preparo dos docentes para lidar com a diversidade pode reforçar essas práticas excludentes. Quando o professor não adapta sua metodologia e não incentiva a participação ativa dos estudantes com deficiência, ele reforça a percepção de que esses alunos são “diferentes” e que não pertencem ao mesmo ambiente de aprendizagem.

Neste sentido, a educação inclusiva só será efetivamente concretizada quando houver um esforço coletivo para eliminar barreiras atitudinais e garantir que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizado. Para isso, é necessário que a inclusão seja vista não apenas como um direito dos alunos com deficiência, mas como um compromisso ético e pedagógico de toda a comunidade escolar.

### 3.4 RECURSOS E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

A adoção de recursos e tecnologias assistivas na educação inclusiva tem sido um dos principais avanços na promoção da equidade no ensino. Esses recursos possibilitam a adaptação do ambiente escolar às necessidades dos estudantes com deficiência, permitindo maior autonomia e participação no processo de ensino-aprendizagem. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância da acessibilidade e prevê a utilização de tecnologias assistivas como parte das estratégias pedagógicas para garantir a inclusão efetiva (Brasil, 2017).

Entretanto, a implementação dessas tecnologias ainda enfrenta desafios significativos. A falta de infraestrutura, o alto custo de alguns dispositivos e a carência de formação adequada para professores são algumas das barreiras que dificultam a plena utilização desses recursos (Moran, 2015). Dessa forma, é essencial analisar tanto as limitações quanto as possibilidades que as tecnologias assistivas oferecem ao contexto educacional inclusivo.

As tecnologias assistivas englobam um conjunto de dispositivos, recursos e estratégias que auxiliam pessoas com deficiência no desenvolvimento de suas atividades diárias, incluindo o aprendizado escolar. Esses recursos podem ser de baixa ou alta tecnologia, variando desde materiais adaptados, como lupas e pranchas de comunicação, até softwares e dispositivos eletrônicos avançados, como leitores de tela e sintetizadores de voz (Moran, 2015).

As tecnologias assistivas desempenham um papel fundamental na educação inclusiva, pois permitem que estudantes com deficiência desenvolvam suas habilidades de forma mais autônoma, superando barreiras impostas pela deficiência. Além disso, promovem a interação social e a participação ativa dos alunos no ambiente escolar, contribuindo para sua inclusão plena.

Diversos recursos e tecnologias assistivas vêm sendo utilizados na educação inclusiva, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem. Softwares de Acessibilidade, pranchas e sistemas de comunicação alternativa, lousas digitais e softwares educacionais adaptáveis, dispositivos físicos de auxílio, impressoras e livros em Braille são alguns dos recursos que, se utilizados, possibilitam uma aprendizagem mais acessível e significativa, garantindo a participação efetiva dos estudantes com deficiência no ambiente escolar.

Mas apesar dos avanços na área da tecnologia assistiva, sua implementação ainda apresenta desafios consideráveis. Dentre os principais obstáculos, destacam-se a falta de investimento e infraestrutura, formação insuficiente de professores, alto custo de algumas tecnologias, resistência e barreiras atitudinais.

Para superar essas limitações, é fundamental que políticas públicas garantam maior financiamento para a aquisição e manutenção desses recursos, além de promover programas contínuos de formação docente.

E embora existam desafios, as possibilidades oferecidas pelas tecnologias assistivas são amplas e promissoras. Algumas estratégias para potencializar seu uso na educação incluem a capacitação contínua dos professores, parcerias com empresas e universidades, acessibilidade digital e o incentivo à pesquisa e desenvolvimento.

Com essas iniciativas, a educação inclusiva pode ser significativamente fortalecida, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas limitações, tenham acesso a uma aprendizagem de qualidade e equitativa.

#### **4 PRÁTICAS INCLUSIVAS: ESTRATÉGIAS PARA UMA ESCOLA PARA TODOS**

A implementação de práticas inclusivas na educação brasileira representa um desafio constante para gestores, professores e demais profissionais da área. A BNCC, ao estabelecer um conjunto de

competências e habilidades comuns a todos os estudantes, reforça a necessidade de um ensino que atenda à diversidade e garanta a equidade no acesso ao conhecimento. Para que esse objetivo seja alcançado, é fundamental adotar modelos e metodologias que possibilitem a aprendizagem efetiva de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva (Mantoan, 2015).

Dentre os principais modelos educacionais voltados para a inclusão, destaca-se o ensino colaborativo, no qual professores da educação regular trabalham em conjunto com especialistas da educação especial para planejar e desenvolver estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos. Essa abordagem permite que estudantes com deficiência participem ativamente das atividades escolares, ao mesmo tempo em que recebem suporte individualizado para superar desafios específicos. Outra metodologia amplamente adotada é a diferenciação pedagógica, que propõe a diversificação de conteúdos, recursos e avaliações, garantindo que cada estudante aprenda de acordo com suas habilidades e ritmo.

A aplicação dessas metodologias pode ser observada em diversas escolas que seguem as diretrizes da BNCC e investem na inclusão. Algumas instituições têm promovido formações continuadas para os docentes, permitindo que adquiram conhecimentos sobre práticas pedagógicas inclusivas e o uso de tecnologias assistivas no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, espaços como salas de recursos multifuncionais oferecem suporte especializado para os estudantes que necessitam de adaptações curriculares e materiais didáticos acessíveis (Carvalho, 2019). Essas iniciativas demonstram que, quando há um compromisso institucional com a inclusão, os resultados são positivos tanto para os alunos com deficiência quanto para toda a comunidade escolar.

Para tornar a personalização do ensino mais efetiva, é essencial adotar estratégias que possibilitem a adaptação curricular sem comprometer a qualidade da educação oferecida. A flexibilização dos conteúdos, a utilização de materiais acessíveis e a diversificação das avaliações são práticas que favorecem a participação ativa dos estudantes, permitindo que demonstrem seus conhecimentos de diferentes formas. O uso de recursos multimídia, softwares educativos e materiais em formatos acessíveis, como o braille e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tem se mostrado eficaz na promoção da inclusão e no estímulo à autonomia dos alunos.

Os docentes precisam encontrar estratégias de ensino apropriadas que incluam atividades divertidas que captem a atenção dos estudantes. Os jogos e brincadeiras desempenham um papel crucial no processo de aprendizado infantil, pois contribuem para o aprimoramento de suas habilidades, capacidade de concentração e crescimento intelectual (Duarte et al., 2023).

Morin (2003) enfatiza ainda a relevância de uma educação que estimule o pensamento crítico e a habilidade de reflexão, permitindo que as pessoas entendam a realidade em sua complexidade e contradições. Através da visão deste autor, é necessário ultrapassar os limites das disciplinas e combinar o saber de várias áreas para entender a complexidade das questões atuais. Por isso, ele defende que a transdisciplinaridade não se restringe à interdisciplinaridade, mas procura ir além das disciplinas e superar seus limites (Costa Júnior et al., 2023).

Considerando todos esses aspectos, pode-se visualizar que o impacto das políticas públicas na consolidação da educação inclusiva é também inegável, pois elas definem diretrizes que orientam a implementação dessas práticas nas escolas. Programas de financiamento para a adaptação da infraestrutura escolar, capacitação docente e aquisição de tecnologias assistivas são fundamentais para garantir que as diretrizes da BNCC sejam cumpridas de forma equitativa em todo o país. No entanto, desafios ainda persistem, como a resistência de algumas escolas à adoção de práticas inclusivas e a dificuldade de garantir formação contínua para todos os profissionais da educação. Para que a inclusão seja plenamente efetivada, é necessário um esforço conjunto entre gestores, professores e a comunidade escolar, de modo a construir ambientes que respeitem e valorizem a diversidade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa e democrática. A BNCC, ao estabelecer diretrizes para a educação básica no Brasil, reforça a necessidade de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso a um ensino de qualidade e possam desenvolver plenamente suas potencialidades. No decorrer deste artigo, foram discutidos os fundamentos da educação inclusiva, as diretrizes da BNCC nesse contexto, as principais legislações que embasam a inclusão, bem como os desafios e barreiras que ainda persistem na implementação dessas políticas. Além disso, foram apresentadas estratégias pedagógicas que permitem a personalização do ensino e a adaptação curricular, destacando o papel da gestão educacional e das políticas públicas na efetivação de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

A análise evidenciou que, embora a BNCC represente um avanço significativo na garantia do direito à educação para todos, sua implementação ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e atitudinais. A falta de infraestrutura adequada, a necessidade de formação contínua dos docentes e a resistência à inclusão em algumas instituições são fatores que dificultam a plena aplicação das diretrizes estabelecidas. No entanto, observa-se que boas práticas já estão sendo desenvolvidas em diversas escolas, demonstrando que a adoção de metodologias inclusivas, o uso de tecnologias

assistivas e a adaptação curricular são elementos essenciais para garantir a participação e o aprendizado dos estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a inclusão escolar não pode ser encarada apenas como um cumprimento de normas, mas sim como um compromisso ético e social. A educação inclusiva não beneficia apenas os estudantes com deficiência, mas toda a comunidade escolar, ao promover valores como respeito, empatia e colaboração. Para que esse modelo educacional se consolide, é imprescindível que haja um esforço coletivo entre gestores, professores, famílias e órgãos governamentais, garantindo que as políticas públicas sejam efetivas e que as escolas sejam, de fato, espaços de aprendizagem para todos. Assim, a BNCC, quando aplicada com compromisso e responsabilidade, pode contribuir significativamente para a construção de uma educação mais acessível, equitativa e transformadora.

A BNCC representa um marco significativo na educação brasileira ao estabelecer diretrizes que buscam garantir um ensino equitativo e de qualidade para todos os estudantes. No que tange à inclusão, a BNCC reconhece a diversidade como um princípio fundamental e orienta as escolas a adotarem práticas pedagógicas que favoreçam a participação plena de estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais. Esse avanço é crucial para a consolidação de uma educação mais justa e democrática, na qual a equidade é promovida não apenas no discurso, mas também nas práticas escolares.

Contudo, apesar dos avanços normativos, a efetivação da BNCC no contexto da inclusão ainda enfrenta desafios consideráveis. Um dos principais entraves está na infraestrutura das escolas, que muitas vezes não possuem os recursos necessários para atender adequadamente a todos os alunos. Além disso, a formação docente ainda carece de um aprofundamento no que se refere às metodologias inclusivas, tornando o processo de adaptação curricular e personalização do ensino uma tarefa desafiadora para muitos profissionais. A resistência de alguns setores da sociedade e da própria comunidade escolar também se configura como um obstáculo, pois a inclusão ainda é, em muitos casos, compreendida como um esforço adicional, e não como um direito inalienável dos estudantes.

Apesar desses desafios, é inegável que a BNCC representa um avanço na consolidação da educação inclusiva no Brasil. A construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo depende não apenas de políticas bem estruturadas, mas também do compromisso contínuo de gestores, educadores, famílias e da sociedade como um todo. Para que a BNCC cumpra seu papel de garantir uma escola para todos, é essencial que os desafios sejam enfrentados com investimentos adequados, formação contínua de professores e uma mudança cultural que valorize e respeite a diversidade como um pilar central do processo educativo. Somente assim será possível transformar as diretrizes da



BNCC em práticas concretas e efetivas, promovendo uma educação verdadeiramente acessível e de qualidade para todos.

Para que a BNCC seja efetivamente aplicada no contexto da educação inclusiva, os gestores escolares devem assumir um papel ativo na promoção de um ambiente acessível e acolhedor. É essencial que invistam em infraestrutura adaptada, assegurando que os espaços físicos, materiais didáticos e recursos tecnológicos atendam às necessidades de todos os estudantes. Além disso, devem fomentar uma cultura institucional que valorize a diversidade, incentivando a formação continuada de professores e estimulando práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão. O engajamento com a comunidade escolar, incluindo famílias e profissionais especializados, também se faz necessário para fortalecer redes de apoio e garantir que as diretrizes inclusivas da BNCC sejam implementadas de maneira eficaz.

Os professores, por sua vez, precisam adotar estratégias didáticas que respeitem as particularidades de cada estudante, promovendo a personalização do ensino e a adaptação curricular. O uso de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e o ensino colaborativo, pode ser uma alternativa eficaz para engajar os alunos e garantir sua participação plena no processo educativo. Além disso, a incorporação de tecnologias assistivas pode ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem, tornando os conteúdos mais acessíveis. Para que isso ocorra, é imprescindível que os docentes tenham acesso à formação continuada, possibilitando o aprimoramento de suas práticas pedagógicas e o desenvolvimento de novas competências para lidar com a diversidade em sala de aula.

No âmbito das políticas públicas, é fundamental que os formuladores garantam recursos adequados para a implementação de ações voltadas à educação inclusiva. O financiamento de programas de formação docente, o fortalecimento da educação especial no contexto da escola comum e a ampliação da acessibilidade nas instituições de ensino devem ser prioridades. Além disso, é necessário um acompanhamento rigoroso da aplicação da BNCC, assegurando que as escolas cumpram suas diretrizes inclusivas de forma efetiva. A formulação de políticas deve ser pautada em pesquisas e experiências bem-sucedidas, promovendo um diálogo constante com educadores, gestores e especialistas da área para que as medidas adotadas sejam, de fato, transformadoras.

A educação inclusiva é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Ao garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições e particularidades, tenham acesso a um ensino de qualidade, promovemos não apenas o direito à aprendizagem, mas também a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para atuar em um mundo diverso. A escola, nesse contexto, assume um papel central ao proporcionar um ambiente onde

a diversidade é respeitada e valorizada, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de respeito, empatia e cooperação.

A BNCC, ao estabelecer diretrizes que incorporam a inclusão como um princípio estruturante, representa um avanço significativo na educação brasileira. No entanto, para que essas diretrizes se concretizem em práticas efetivas, é essencial que gestores, professores e formuladores de políticas públicas atuem de maneira articulada, assegurando que as escolas disponham de recursos adequados, que os docentes estejam preparados para atender às necessidades dos alunos e que haja um compromisso contínuo com a formação e adaptação curricular. Somente assim será possível superar as barreiras ainda existentes e garantir que a educação inclusiva seja uma realidade para todos.

A verdadeira transformação educacional não ocorre apenas no plano normativo, mas na materialização de políticas e práticas que garantam oportunidades iguais para todos os estudantes. A inclusão não deve ser vista como um desafio pontual, mas como um compromisso inegociável de toda a sociedade na construção de um futuro mais justo. Ao investir em uma educação inclusiva, promovemos não apenas o desenvolvimento acadêmico dos alunos, mas também a formação de indivíduos mais preparados para viver em um mundo plural, colaborativo e ético, no qual a diversidade é reconhecida como uma riqueza essencial para o progresso coletivo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 10 fev 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 13. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

COSTA JÚNIOR, J. F. et. al. A inteligência artificial como ferramenta de apoio à inclusão. Cuadernos de Educación y Desarrollo, [S. l.], v. 16, n. 4, p. e4076, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n4-161. Disponível em: 04 fev. 2025.

COSTA JÚNIOR, J. F. et al. As Metodologias Ativas no processo de Ensino/Aprendizagem e a autonomia docente: um breve estudo sob a ótica de John Dewey. In: SILVEIRA, Resiane Paula de (org.). Traços e Reflexões: Educação e Ensino - Volume 5. Formiga: Editora Uniesmero, 2022. p.43-63. Disponível em: <https://www.uniesmero.com.br/2022/12/tracos-e-reflexoes-5.html>. Acesso em: 01 fev. 2025.

COSTA JÚNIOR, J. F. et al. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro sob a perspectiva de Edgar Morin. In: SILVEIRA, Resiane Paula de (org.). Traços e Reflexões: Educação e Ensino - Volume 7. Formiga: Editora Uniesmero, 2023. p.42-64. Disponível em: <https://www.uniesmero.com.br/2023/02/tracos-e-reflexoes-educacao-e-ensino.html>. Acesso em: 01 fev. 2025.

DUARTE, E. M. da S. et al. Inclusão da criança com Transtorno de Espectro Autista (TEA) na escola. Revista Internacional de Estudos Científicos, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 166–184, 2023. DOI: 10.61571/riec.v1i1.147. Disponível em:

<https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/riec/article/view/147>. Acesso em: 23 fev. 2025.

FARIAS, C. P. S. et al. A inclusão de crianças com autismo no âmbito educacional: desafios e perspectivas. Revista Internacional de Estudos Científicos, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 220–234, 2023. DOI: 10.61571/riec.v1i2.149. Disponível em:

<https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/riec/article/view/149>. Acesso em: 23 fev. 2025.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MORAN, J. M. Desafios da Educação na Era Digital. São Paulo: Papirus, 2015.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Cortez Editora, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/download/50044/91601>. Acesso em: 23 fev 2025.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

OLIVEIRA, P. Base Nacional Comum Curricular e inclusão escolar: problematizando os discursos acerca da construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Universidade São Francisco. 2022. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1174>

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2025.